

Magistratura do Trabalho e Sistemas Internacionais de Proteção: Sistema Interamericano e Normas Internacionais do Trabalho na Atuação Judicial

A proteção dos direitos sociais integra o núcleo do Direito Internacional dos Direitos Humanos. A superação da dicotomia entre direitos civis e políticos e direitos sociais consolidou a compreensão de que igualdade material, não discriminação, liberdade sindical, proteção contra o trabalho forçado e tutela da dignidade no trabalho constituem dimensões indissociáveis da dignidade humana.

No espaço latino-americano, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o sistema normativo da Organização Internacional do Trabalho estruturaram parâmetros interpretativos e obrigações estatais que incidem diretamente sobre a atuação jurisdicional. Esse papel da jurisdição nacional ganha novo relevo no contexto brasileiro recente, com a aprovação, pelo Conselho Nacional de Justiça, do Estatuto da Magistratura Brasileira Interamericana (Recomendação nº 168/2026), que consolida, no plano institucional, a centralidade do controle de convencionalidade e do diálogo com a jurisprudência da Corte Interamericana na atuação da magistratura.

A jurisdição trabalhista, nesse contexto, não se limita à aplicação de normas internas, mas atua como instância de concretização dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro.

A magistratura do trabalho insere-se em um sistema jurídico integrado, no qual tratados de direitos humanos, normas provenientes do sistema da OIT e jurisprudência interamericana compõem o parâmetro de validade, interpretação e fundamentação das decisões judiciais.

A proposta formativa parte dessa premissa. Busca organizar, de modo sistemático, a incorporação do Direito Internacional dos Direitos Humanos na técnica decisória trabalhista, articulando controle de convencionalidade, normas internacionais do trabalho e proteção judicial efetiva dos direitos humanos no âmbito das relações de trabalho. Orienta-se, assim, não apenas à apresentação dos sistemas internacionais, mas à sua utilização como instrumentos concretos em processos judiciais.

PROGRAMA

Aula Magna de Abertura

A magistratura do trabalho e os sistemas internacionais de proteção: olhar nacional

Data: 18 de agosto de 2026 - **AULA SÍNCRONA**

Horário: das 19h às 21h

Expositores:

Ministro Lelio Bentes Corrêa (TST)

Ministro Augusto César Leite de Carvalho (TST)

(AULAS ASSÍNCRONAS)

MÓDULO I

I - Fundamentos e Controle de Convencionalidade

Aula 2 – Sistemas internacionais de proteção do trabalho

Expositor: Lucas Lima (UFMG)

Aula 3 – OIT, sistema de controle e uso judicial das Normas Internacionais do Trabalho

Expositores: Sergio Paixão Pardo (OIT)

Xavier Beaudonnet (OIT)

II - Temáticas Estruturantes do Mundo do Trabalho sob Perspectiva Internacional **Cada tema será examinado a partir da convergência entre parâmetros da OIT e do Sistema Interamericano.**

Aula 4 – Assédio, discriminação e desigualdades estruturais

Expositora: Juliana Mafra (MPT)

Aula 5 – Gênero, trabalho de igual valor e responsabilidades familiares

Expositora: Marialaura Fino (OIT)

Aula 6 – Trabalho escravo e trabalho infantil

Expositor: Otávio Bruno da Silva Ferreira (TRT 8)

Aula 7 – Migração e cadeias produtivas

Expositor: Renato Bignami (SINAIT)

Aula 8 – Liberdade sindical e negociação coletiva

Expositor: Sandro Lunardi Nicoladeli (OIT)

Aula 9 – Trabalho decente, crise climática e trabalho indígena

Expositor: Javier Palummo Lantes (REDESCA - CIDH)

Aula 10 – Segurança e medicina do trabalho

Expositor: Christian Courtis (ONU)

Aula 11 – O futuro do trabalho

Expositores: Gabrielle Sarlet (PUC-RS)

Vinícius Carvalho Pinheiro (OIT)

Aula 12 – Aula de encerramento

Controle de convencionalidade e trabalho decente: olhar internacional

Expositores: Ana Virginia Moreira Gomes (OIT)

Paulo de Tarso Vannuchi (CIDH)

MÓDULO II - AULAS SÍNCRONAS

Oficinas Práticas de Aplicação Judicial

Aula 13 - Oficina: instrumentos do Sistema Interamericano

Data: 01/10/2026

Expositora: Marina Rosa

Aula 14 - Oficina: OIT, plataforma LaborNexus e uso judicial das NITs

Data: 08/10/2026

Expositora: Carolina Paiva

Aula 15 – Oficina: protocolos de julgamento com perspectiva antidiscriminatória

Data: 15/10/2026

Expositora: Patrícia Maeda

Conheça a nossa equipe de especialistas



Valter Souza Pugliesi

Presidente da Anamatra (gestão 2025-2027). Ingressou na Magistratura em janeiro de 1997, no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), permutando para o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL), em março de 1997.

Especialista em Direito Constitucional do Trabalho pela Universidade Federal da Bahia e Bacharel em Direito pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió.

Coordenadoras



Patrícia Maeda

Diretora de Formação e Cultura da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA).

Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Jundiaí/SP. Pós-doutora em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP-USP), doutora e mestra em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP), com período de pesquisa na Université du Québec à Montréal (UQAM).

Sua trajetória articula Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direitos Humanos, com experiência no Sistema Interamericano, incluindo participação em fórum promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Inter-American Human Rights Moot Court Competition (IAMOOT), da American University Washington College of Law.

No campo da cooperação acadêmica e institucional, atua na promoção do ensino jurídico internacional, tendo participado da organização de cursos em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Bogotá, e com a Universidade de Coimbra, em Portugal. Possui formação especializada pelo International Training Centre da OIT (ITCILO), na Itália, com foco em diálogo social, promoção do trabalho decente e economia do cuidado.

É formadora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e coordena o Comitê Científico da ENAMAT. Foi juíza auxiliar da Presidência do TST (2023/2024) e da Direção da ENAMAT (2024/2025).

Atua em temas relacionados ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos e às Normas Internacionais do Trabalho, desenvolvendo pesquisa com enfoque crítico, especialmente em decolonialidade, interseccionalidade, estudos de gênero e direitos das mulheres no contexto laboral.



Carolina Cauduro Paiva

Diretora de Formação e Cultura da ANAMATRA (de outubro de 2025 a agosto de 2026), licenciada para assumir a função de juíza auxiliar da presidência do TST.

Juíza do Trabalho Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, onde coordena o grupo de trabalho para a promoção das Normas Internacionais do Trabalho e o grupo de estudos “OIT e Trabalho Decente”.

Possui Master 1 e Master 2 em Direito Social pelas Universités de Bordeaux e Paris 2 Panthéon-Assas. Atualmente, é doutoranda em Direito do Trabalho na Université Paris 2 Panthéon-Assas, com pesquisa em direito do trabalho comparado, com foco na atuação judicial na concretização de direitos fundamentais e humanos.

Possui formação internacional em direitos humanos e normas internacionais do trabalho, com destaque para o Programa de Formação de Magistrados do Centro Internacional de Formação da OIT (ITCILO), em Turim, o treinamento em direitos humanos do Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR), em Genebra, e a formação de juízes em direitos humanos pela École Nationale de la Magistrature, na França.

Atua na formação de magistrados e operadores do direito, tendo ministrado aulas e participado como palestrante convidada em instituições nacionais e estrangeiras, incluindo a Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, em temas de direito comparado e justiça social.

Integra o Comitê Científico da ENAMAT.



Marina de Almeida Rosa

Mestra em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com bolsa PROEX/CAPES, e mestranda em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário pela American University Washington College of Law. É especialista em Direito Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bacharela em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP).

Com trajetória consolidada no campo do Direito Internacional, atuou entre 2019 e 2025 como na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, D.C., onde foi responsável pelo acompanhamento de casos envolvendo o Estado brasileiro seu

litígio perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nesse contexto, atuou em casos como Dos Santos Nascimento e Ferreira Gomes vs. Brasil, Empregados da Fábrica de Fogos Santo Antônio de Jesus vs. Brasil, Fazenda Brasil Verde vs. Brasil SUTECASA vs Peru, Bendezu Tuncar vs Peru, Leite de Souza (Mães de Acari) e outros vs. Brasil, Peres Crispim, Leite e outros vs. Brasil.

Possui experiência na promoção e capacitação em direitos humanos no âmbito internacional, tendo desenvolvido e executado programas de formação voltados a agentes estatais e sociedade civil em cooperação com organismos internacionais e cooperação internacional.

No âmbito acadêmico, atua como professora em cursos de formação de membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público, com foco no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e Direito Internacional e na aplicação de standards internacionais no direito brasileiro. Atua como professora convidada em cursos de graduação e pós graduação no Brasil, Argentina, Colômbia e Guatemala.

Expositoras e expositores



Ministro Lelio Bentes Corrêa

Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília e mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidade de Essex. Iniciou sua carreira no Ministério Público do Trabalho em 1989, onde exerceu funções como Procurador do Trabalho, Procurador Regional e Subprocurador-Geral do Trabalho, tendo presidido a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho entre 1992 e 1996 e coordenado iniciativas de combate ao trabalho infantil.

Atuou na Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, como oficial de programas para a América Latina, no âmbito do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil.

Desde 2003, é Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, onde exerceu diversas funções, incluindo a presidência do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (2022–2024), além da presidência de Turmas e da coordenação de programas institucionais voltados ao trabalho decente e aos direitos humanos.

Foi membro do Conselho Nacional de Justiça entre 2015 e 2017, onde presidiu a Comissão Permanente de Gestão Estratégica e Orçamento. Atua como professor no Instituto de Ensino Superior de Brasília e no curso de mestrado em Relações Industriais da OIT, em Turim. É autor de artigos na área de direitos humanos e integra a Comissão de Peritos na Aplicação das Convenções e Recomendações da OIT (2006–2020), exercendo atualmente a função de enviado especial da OIT a Belarus.

Recebeu o título de Cidadão-Honorário de Brasília, integra a Academia Brasiliense de Direito do Trabalho e o Comitê Diretivo do movimento Laureados do Prêmio Nobel e Líderes pela Infância.



Ministro Augusto César Leite de Carvalho

Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidad de Castilla la Mancha, onde defendeu tese em julho de 2011, com revalidação no Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Concluiu o Pós-Doutorado em Direitos Humanos na Universidade de Salamanca, Espanha, em julho de 2018. Em Brasília, ensina Direitos Humanos e Direito do Trabalho na graduação e Direitos Sociais na pós-graduação stricto sensu do Centro Universitário IESB - Instituto de Educação Superior de Brasília.

É desde dezembro de 2009 ministro do Tribunal Superior do Trabalho, foi Vice-diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT nos biênios 2018-2020 e 2022-2024; integrou, como membro titular, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho. É Coordenador do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Migrante desde agosto de 2023.



Lucas Lima

Professor de Direito Internacional na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Doutor em Direito Internacional pela Universidade de Macerata (Itália), com períodos de pesquisas doutorais como Visiting Fellow na University of Cambridge (UK) e Scientific Guest no Max Planck Institute for International Procedural Law (Luxemburgo). Membre Associé do Institut de recherche en droit international et européen de la Sorbonne (Paris I) e da Université de Rennes.

Realizou estudos pós doutorais na Université Paris I - Panthéon Sorbonne (2022-2023). Professor Visitante na Université Paris II Panthéon Assas (2025), na Université Paris I (2024), na China University of Political Science and Law (2024) e na University of Copenhagen (2022).

Mestre pela UFSC, é graduado pela mesma instituição (2012) com período de estudos na Università degli Studi di Firenze (Itália). Coordenador do Stylus Curiarum - Grupo de Pesquisa em Cortes e Tribunais Internacionais CNPq/UFMG. Diretor de Estudos do Ramo Brasileiro da International Law Association. Diretor-Adjunto da Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Editor do blog International Law Agendas (ILA/Brasil). Diretor do Centro de Estudos da Ásia Oriental da UFMG.



Sergio Paixão Pardo

Especialista em Normas Internacionais do Trabalho do escritório da OIT para o Cone Sul.



Xavier Beaudonnet

Funcionário da Organização Internacional do Trabalho desde 2000, após ter lecionado Direito do Trabalho na Faculdade de Direito de Bordeaux. Ocupou diversos cargos de promoção da aplicação das normas internacionais do trabalho no centro de formação da OIT em Turim, no Escritório da OIT para os Países Andinos em Lima e na sede da OIT em Genebra.

Desde 2016, é chefe de unidade no Departamento de Normas da OIT, na área da Liberdade Sindical. Nessa função, apoia o trabalho do Comitê de Liberdade Sindical, com especial atenção aos casos da América Latina.

Coordena também as atividades do Departamento de Normas relacionadas às convenções da OIT sobre negociação coletiva, apoiando o trabalho do Comitê de Peritos na Aplicação das Convenções e Recomendações e contribuindo para a assistência técnica prestada pela Organização aos países membros em matéria de relações coletivas de trabalho.

Autor de diversas publicações e artigos sobre a aplicação judicial das normas internacionais do trabalho e sobre liberdade sindical e negociação coletiva. É membro do Centro de Direito Comparado do Trabalho e da Segurança Social (COMPTRASEC).



Juliana Beraldo Mafra

Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT). Integra o MPT desde 2018, com atuação em temas como povos originários e comunidades tradicionais, igualdade, saúde e segurança do trabalho. Atua no Grupo de Apoio Especializado em Povos Originários e Comunidades Tradicionais da 4ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do MPT. Desenvolve e coordena projetos de políticas públicas voltados ao enfrentamento do trabalho em condições análogas à escravidão e à promoção do trabalho decente. Foi membra da equipe associada da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).



Marialaura Fino

Especialista em Normas Internacionais do Trabalho no Escritório da OIT para os Países Andinos. Ao longo de sua carreira, viveu e trabalhou na África, América Latina, Ásia, Europa e nos Países Árabes, dedicando-se à promoção da justiça social.

Antes de ingressar na OIT, trabalhou no Parlamento Europeu e na Embaixada da Itália no Quênia. Também liderou projetos de cooperação em Uganda e atuou como pesquisadora na Universidade de Macau, na China.



Otávio Bruno da Silva Ferreira

Juiz do Trabalho Titular da Vara do Trabalho de Redenção (PA). Especialista em Economia do Trabalho na Universidade de Campinas - UNICAMP. Mestre em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário do Estado do Pará. Doutor em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará. Integrou o Grupo de Trabalho para elaboração do Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, no âmbito da Justiça do Trabalho.



Renato Bignami

Doutor em direito do trabalho e da seguridade social pela Universidade Complutense de Madrid, mestre em direito do trabalho pela Universidade de São Paulo e graduado em direito pela Universidade de São Paulo. Foi secretário de inspeção do trabalho substituto, chefe da Seção Estadual de Fiscalização do Trabalho substituto, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, e assessor técnico da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília. Fundador e coordenador do Programa Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo, coordenador do Programa Estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e coordenador de formação e treinamento dos auditores fiscais do

trabalho, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo. Foi Especialista em Saúde e Segurança no Trabalho para a Oficina Regional na América Latina e o Caribe, da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Possui ampla experiência internacional, representando o Brasil e a inspeção do trabalho em diversos fóruns e âmbitos de atuação, notadamente em temas relacionados com a inspeção do trabalho e os direitos fundamentais do trabalhador. Apresenta ampla experiência acadêmica na área do direito, com ênfase em pesquisa aplicada em Direito do Trabalho, Direitos Fundamentais do Trabalhador e Inspeção do Trabalho. Atualmente, é auditor fiscal do trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, atuando no âmbito das relações de trabalho e da proteção aos direitos fundamentais da pessoa do trabalhador, e Diretor de Inspeção do Trabalho, do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - SINAIT.



Sandro Lunardi Nicoladeli

Doutor (2016) e Mestre (2004) em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professor-associado nas disciplinas de Prática Jurídica Trabalhista e Direito Sindical na Universidade Federal do Paraná. Membro do Comitê de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho. Advogado trabalhista na área sindical e fundador do escritório PLCV – advogados associados em Curitiba/Pr. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros. Pesquisador em direito sindical e normas internacionais do trabalho no grupo SINDICALISMO/UDF. Consultor da Comissão de Direito Sindical da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Paraná(2025).

Especialista em relações de trabalho pela Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha (2011/2013), em Normas

Internacionais do Trabalho pela Escola de Formação da OIT (2009) de Turim/Itália, e em Liberdade Sindical pelo Escritório Regional da OIT (2008) de Lima/Peru.

Foi presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB/PR (2019-2021). Atuou na Comissão Especial de Direito Sindical do Conselho Federal da OAB (2022-2025). Autor organizador de livros jurídicos em direito coletivo, individual e internacional do trabalho.



Javier Palummo Lantes

Relator Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Advogado e doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidade da República (Uruguai), além de doutor em Direitos Humanos pela Universidade Nacional de Lanús (Argentina), com formação especializada em instituições da América Latina e da Europa.

Possui mais de 20 anos de experiência em direitos humanos, em especial nos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA), e integrou órgãos do sistema das Nações Unidas como especialista independente.

Também atuou como Diretor de Pesquisa e Gestão da Informação e como Coordenador Acadêmico da Escola Internacional do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL entre 2015 e 2023, além de ter ampla trajetória em pesquisa, políticas públicas e cooperação internacional



Christian Courtis

Funcionário do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Nova York, onde trabalhou em questões relacionadas a direitos econômicos, sociais e culturais, desenvolvimento sustentável, gênero e direitos das pessoas com deficiência e das pessoas idosas, entre outros. Formado em Direito pela Universidade de Buenos Aires, Argentina, e possui mestrado em Direito pela Universidade da Virgínia, EUA.

Professor (licenciado) da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires e foi professor visitante e convidado em universidades da América Latina, Estados Unidos e Espanha.

Atuou como consultor da Organização Pan-Americana da Saúde, da CEPAL, da OIT, do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, como perito perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos e como diretor do Programa de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Comissão Internacional de Juristas (Genebra).



Vinícius Carvalho Pinheiro

Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil desde 2023. Foi subdiretor-geral da OIT e diretor regional para a América Latina e o Caribe (2020–2022), além de representante especial da OIT junto às Nações Unidas em Nova Iorque, participando das negociações da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No Brasil, foi secretário e vice-ministro da Previdência Social. Economista e mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), atuou também na OCDE, no Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento.



Gabrielle Bezerra Sales Sarlet

Advogada. Graduada e mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em neurociências e ciências comportamentais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutora em Direito pela Universidade de Augsburg (UNIA) na Alemanha e pós-doutora pela Universidade de Hamburgo e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisadora Produtividade CNPQ. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito e Inteligência Artificial (GDIA/INSPER). Professora associada do Curso de Direito do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER). Membro titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados e Privacidade (CNPDP) e da Câmara Técnica Nacional de Ética e Investigação do Sistema Nacional de Transplantes (SUS).

Presidente da regional do Rio Grande do Sul da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB). Membro da Comissão Intersetorial de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica (CICTAF) do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Atualmente, trabalha em temas relacionados aos direitos humanos e fundamentais, à regulamentação de tecnologias embarcadas de ferramentas de IA, proteção de dados, impactos da IA na área da saúde



Ana Virginia Moreira Gomes

Subdiretora-Geral e Diretora Regional do Escritório da Organização Internacional do Trabalho para a América Latina e o Caribe, com sede em Lima, Peru, desde 1º de janeiro de 2024.

À frente da atuação regional da OIT, tem liderado a implementação da Estratégia de Migração Laboral e Mobilidade Humana 2023–2030 e impulsionado iniciativas de formalização do emprego, com destaque para a Forlac 2.0. Sua gestão também se caracteriza pela promoção do diálogo social tripartite, pelo fortalecimento da economia social e pelo apoio à iniciativa regional “América Latina e o Caribe Livres do Trabalho Infantil”.

No campo de gênero e cuidados, tem atuado na valorização do trabalho de cuidados não remunerado e na promoção da igualdade de gênero, incentivando a ratificação e implementação de normas internacionais, incluindo as Convenções nº 156 e 183 da OIT.

Professora titular licenciada da Universidade de Fortaleza. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará, LL.M. pela Universidade de Toronto, doutorado pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela Universidade Cornell. Desenvolveu trajetória acadêmica com publicações em periódicos especializados e participação em fóruns internacionais, além de atuação na formulação de políticas públicas e como professora visitante em instituições no Brasil e no exterior.



Paulo de Tarso Vannuchi

Formado em Jornalismo, com Mestrado em Ciência Política.

Assessor de formação no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC entre 1985 e 2018.

Ministro dos Direitos Humanos entre 2005 e 2010.

Eleito em 2013 pela Assembleia Geral da OEA para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sediada em Washington, teve mandato entre 2014 e 2017.

Um dos fundadores da Comissão Dom Paulo Evaristo Arns de Defesa dos Direitos Humanos, em 2019.

Eleito em 2025 para mandato de quatro anos no Comitê das Nações Unidas contra Desaparecimentos Forçados, sediado em Genebra.

Desenvolve atualmente trabalho de Consultoria pela OIT junto ao Ministério do Trabalho; e também junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo IICA - Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola/OEA.